

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO  
*Universidade de Coimbra*

## A ARQUEOLOGIA NA MODIFICAÇÃO DA PAISAGEM

No leque das disciplinas integrantes do Curso de Especialização em Assuntos Culturais no Âmbito das Autarquias, recentemente criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra<sup>1</sup>, figuram duas de índole geográfica: Análise do Espaço Físico e Análise da Paisagem Histórica. Se outros — muitos — argumentos não houvera, este seria um indício deveras elucidativo da importância que os estudos geográficos assumem na formação de um homem «de cultura».

As exigências da especialização determinaram que, em dado momento, a licenciatura em Histórico-Geográficas deixasse de existir; no entanto, a Geografia forma, ainda hoje, com a História e a Filosofia, a 2.<sup>a</sup> secção das ciências humanas; e a História pátria que se ensinava aos jovens logo nos primeiros tempos dos estudos secundários passou a englobar, a partir de 1970, a tónica geográfica, sob a designação, feliz, de História e Geografia de Portugal.

A existência humana — quer entendamos o Homem como ser isolado quer o consideremos organizado em sociedades — não pode, efectivamente, ser encarada sem ter em conta esta íntima e permanente inter-acção do Homem e do ambiente. Daí se impor uma «análise da paisagem histórica». E a História só desta forma se entende na sua real dimensão. Não que a paisagem determine o comportamento, a evolução. A concepção rigidamente determinista da História há muito, de resto, que deixou de suscitar entusiasmo. Mas é um facto: a paisagem condiciona eficazmente o humano evoluir e quase seríamos tentados a definir a História como o estudo da forma como, ao longo dos tempos, os homens se movimentaram no seu meio.

---

<sup>1</sup> Portaria n.º 720/89, de 24 de Agosto («Diário da República», I série, n.º 194).

A Arqueologia é, por seu turno, uma ciência que vive essencialmente da paisagem. Antes de proceder a uma sondagem e, muito menos, a uma escavação sistemática, o arqueólogo analisa demoradamente o local, os vestígios, a exposição aos raios solares, os ventos dominantes, as linhas de água, a 'fisionomia' do solo. Não erraremos, decerto, se proclamarmos ser o arqueólogo aquele investigador que, depois do geógrafo, mais privilegia a paisagem.

Justifica-se, pois, que — num volume de homenagem a Amorim Girão, geógrafo — um artigo de Arqueologia tenha pleno cabimento.

No começo, a paisagem foi um deus — impressionante, inexplicável, soberbo. Depois, durante longos tempos, vestiram-na com as horripilantes roupagens do demónio a esconjurarem. Agora, de novo quase se levantou à esfera divinal pela mão desfraldante dos movimentos ecológicos. Há, pois, que reencontrar o justo equilíbrio, criar uma nova paisagem. E, aqui, o arqueólogo tem imprescindível palavra a dizer.

## 1. A PAISAGEM: UM DEUS, UM DEMÓNIO, UM «DEUS»...

Um deus. Desde os tempos pré-históricos. O respeito pela paisagem envolvente resultava, é certo, em grande parte, da real impossibilidade sentida pelo Homem de a transformar, de a destruir, até, em seu proveito. Mas, de facto, a uma atitude de oposição sistemática, lógica potenciadora de mecanismos destrutivos, o Homem preferia a reverência. Aqui, o rio fecundante recebia honras de deus; ali, o rochedo imponente indiciava favorável local de culto; acolá, a montanha era a manifestação palpável — viridente, castanha, altaneira — do amplo poder habitante nas alturas.

Impressionava o homem de antanho — como ainda hoje infunde respeito o mar revoltoso e nos deixa pasmados, pequeninos, a gigantesca caldeira do vulcão há séculos adormido...

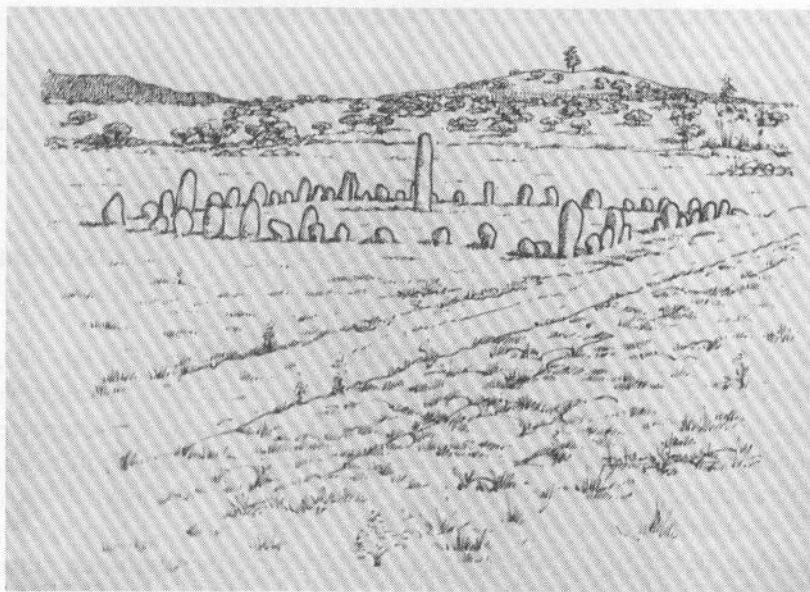
E que sinais se poderiam exigir, mais sensíveis, da presença do divino entre os homens?

Por isso, as montanhas não foram, durante séculos, esventradas; os rios não foram domados; as árvores cresceram sequóias...

Pouco a pouco, porém, neste jogo de forças em que equilibradamente o mundo girava, flora e fauna inter-agindo, o Homem começou a tomar supremacia. Deu largas à imaginação, levantou os pés da terra e, quando os assentou, exigiu que a realidade respondesse ao sonho. Encanou rios; construiu no topo das dunas; roubou, com

diques, espaço ao mar; considerou inúteis as pastagens; quis arranhar os céus a partir da nesga das suas águas-furtadas.

E a Natureza passou a ser, de facto, preferentemente, demónio a exorcizar ou abater. Sem contemplações. Porque o Homem perdera a



*Cromleque do Xarez.*

A recuperação dos monumentos megalíticos constitui, pela sua inserção na paisagem, um dos exemplos mais palpáveis da harmoniosa simbiose que se pretende obter entre o património natural e o património arqueológico.

Fotografia, de Guilherme Cardoso, do desenho de António Couvinha incluído no *Roteiro turístico de alguns monumentos megalíticos do distrito de Évora*, editado pela Câmara Municipal de Évora.

capacidade de contemplar, só sabia olhar-se ao espelho... O resultado do narcisismo sentiu-se longamente na pele da humanidade inteira, em todos os recantos do mundo...

Até que, lentamente, um outro poder começou a fazer frente à força do dinheiro. Os *hippies* dos anos 60 constituem, como se sabe, os porta-bandeiras da reacção. A 'flor no cabelo'<sup>2</sup> corporizava, na

<sup>2</sup> *San Francisco (Be Sure to Wear Some Flowers in Your Head)* — título da conhecida composição de Scott Mackenzie (1967).



verdade, o retorno à perda face contemplativa do nosso existir; postulava a humanização da paisagem. Entretanto, equipas da televisão, apetrechadas de sofisticado equipamento, começaram a mostrar-nos belezas ignoradas: no fundo do mar, nas florestas impenetráveis, nos pântanos mal cheirosos, outros infinitos ciclos de vida se sucediam perenes, bonitos, imagens perfeitas da mais eloquente adaptação.

Dum lado, pois, o crescente poderio da indústria e da sua (in)evitável poluição; do outro, uma bola de neve a ganhar consistência e determinação. A abrir caminho para uma nova paisagem, em que a defesa intransigente do património herdado é vector a ter em conta.

## 2. A ARQUEOLOGIA NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Aqui entra, como se disse, o arqueólogo.

Foi publicado pelo governo português, a 27 de Novembro de 1990, o Decreto Regulamentar n.º 38/90, que veio estabelecer directrizes num domínio até há três anos atrás pouco falado: a avaliação do impacte ambiental provocado pelos grandes projectos agrícolas, industriais, habitacionais e turísticos.

Nos termos do estipulado no n.º 1 do seu artigo 2.º, alíneas *b*) e *c*), qualquer desses projectos, ao ser elaborado, deve ter em conta, entre outros, «o património arqueológico e arquitectónico», assim como «a alteração do património cultural ou dos patrimónios construído e arqueológico e qualquer acção que afecte os usos e costumes locais e regionais», e deve prever as correspondentes «medidas mitigadoras».

Nesse âmbito, todos os cidadãos, «nomeadamente as associações de defesa do ambiente» têm, necessariamente, uma palavra a dizer e serão «consideradas e apreciadas as exposições e reclamações que, apresentadas por escrito, especificamente se relacionem com o projecto» (artigo 4.º, n.º 4).

Entre os projectos passíveis obrigatoriamente de avaliação do impacte ambiental situam-se diversas instalações industriais, indústrias extractivas, instalações agropecuárias, «projectos de arborização com espécies de crescimento rápido que incidam sobre áreas superiores a 350 ha ou de que resultem áreas de idêntica ordem de grandeza na continuidade de povoamentos preexistentes das mesmas espécies» e «projectos de hidráulica agrícola, associados à regularização de cursos de água permanentes, beneficiando mais de 2500 ha».

Preconiza-se, por isso, que do grupo encarregado desse estudo faça parte um arqueólogo.



*Via romana de Coimbrões.*

A valorização dos troços de vias romanas conservados tem sido preocupação das autarquias e dos serviços do IPPC. Foram, na sua quase totalidade, limpos, devidamente sinalizados e iniciaram-se os processos da sua classificação como imóveis de interesse público.

Fotografia de Guilherme Cardoso, a partir do desdobrável *Vias romanas do concelho de Viseu*, editado pela Câmara Municipal (1988).

## 2.1 O COLÓQUIO DE NICE

Preservar pela simples ânsia de preservar não interessa, todavia. Preservação vai obrigatoriamente de mãos dadas com o estudo e a valorização.

Esses, os aspectos que foram eloquentemente abordados no colóquio que, subordinado ao tema «Arqueologia e Grandes Trabalhos», o Conselho da Europa organizou, em Nice, de 4 a 6 de Novembro de 1987, com a finalidade expressa de fazer um balanço, à escala europeia, do que tem sido a colaboração entre empreiteiros e arqueólogos no âmbito da gestão e da concretização de trabalhos de campo duma certa envergadura. Aí se abordaram os mais diversos tipos de empreendimentos, urbanos, rurais, de litoral: as infra-estruturas ligadas às comunicações, as alterações da fisionomia das cidades, os grandes empreendimentos públicos...

A importância do Colóquio justificou que, sob o mesmo título *Arqueologia e Grandes Trabalhos*, lhe fosse dedicado o n.º 33, de 1988, de «Un avenir pour notre passé», revista da Divisão de Conservação ligada ao património histórico, do Conselho da Europa. 28 páginas plenas de interesse que sintetizam o conteúdo do volume das actas publicado também pelo Conselho da Europa como n.º 12 da série «Patrimoine architectural — Rapports et études» (112 pp., Estrasburgo, 1989) <sup>3</sup>.

Não figura na lista dos participantes nenhum representante de Portugal. Há, contudo, no documento policopiado anexo ao volume — dedicado, sob o título «O direito e a prática», ao estudo comparado do que nesse âmbito se está a fazer nos diversos países europeus — duas páginas da responsabilidade do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) que, pelo seu interesse e dada a sua inacessibilidade à grande maioria das pessoas eventualmente interessadas, transcrevo no apêndice I, traduzido da versão francesa em que aí está redigido.

<sup>3</sup> Simplesmente para se ter uma ideia do seu conteúdo, são estes os títulos dos textos aí publicados, para além do editorial (p. 3) e duma síntese dos trabalhos do colóquio (pp. 4-6): *La plus longue fouille du Danemark* (a acompanhar o traçado da rede de abastecimento de gás natural) (pp. 7-8); *Milan: tutelle et mise en valeur des gisements archéologiques pendant la construction du métro* (pp. 9-10); *Expérience française en matière d'autoroute* (pp. 11-12); *Grands chantiers à Athènes* (pp. 13-15); *Barrages et nuraghes: un grave problème de sauvegarde* (pp. 16-17); *Grands travaux publics en Basse-Saxe* (sobre a 'arqueologia da lignite' na mina a céu aberto de Helmsedt e a arqueologia urbana de Brunswick — pp. 18-20); *Recherche archéologique aux abords du tunnel sous la Manche* (pp. 21-23); *Contre la dégradation des matériaux* (pp. 24-25).



Não vou dar miúda conta do conteúdo da revista em apreço<sup>4</sup>, mas também se me afigura curioso o resultado do inquérito efectuado em Milão por ocasião das escavações arqueológicas realizadas aquando da construção do metropolitano (vide apêndice II): 96% dos inquiridos gostaria de ver, em painéis das estações do metropolitano, informações e dados alusivos à história e à arqueologia da cidade.

## 2.2 A ARQUEOLOGIA (E A HISTÓRIA) COMO ESPECTÁCULO

Há, pois, um crescente despertar da consciência dos cidadãos para os valores do património e para o *valor paisagístico* desse património.

Daí, a preocupação do movimento conhecido por «Nova Museologia», cujo principal fruto é, indubitavelmente, o ecomuseu, uma das expressões mais acabadas da interacção entre a história e a geografia, entre a vivência humana e o espaço em que ela se desenrola<sup>5</sup>. E se, por um lado, essa nova concepção museológica levou também à for-

<sup>4</sup> Tive, de resto, ocasião de o comentar na nota que redigi para um dos números da revista «Brigantia» de 1991.

<sup>5</sup> Vide, no apêndice III, a transcrição, para os menos versados nestas matérias, duma passagem da lição sobre museologia contemporânea proferida, em Janeiro de 1978, na Universidade de Paris I e IV (UER Art et Archéologie) por Georges Henri Rivière.

Entre nós, um dos projectos-piloto de ecomuseu foi concretizado por António Nabais no Seixal, com o mais amplo apoio da autarquia. Lê-se num dos desdobráveis que o apresenta:

«Circunscrevendo-se a todo o concelho do Seixal, o Ecomuseu procura representar o Homem e o Meio em que este se insere na multiplicidade dos seus aspectos, assentando na realidade geográfica, histórica, socioeconómica e cultural.

As várias actividades económicas deixaram testemunhos e documentam diversos períodos da história da região: desde os estaleiros navais, os portos, os moinhos de maré, as fábricas... até às quintas, aos coretos, aos fornos de cal, às embarcações típicas do rio Tejo ...

O Ecomuseu Municipal do Seixal é todo esse quotidiano».

Uma outra experiência em curso constitui-se também na interdisciplinaridade: tendo como ponto de partida os vestígios deveras invulgares da *villa* romana do Rabaçal, no concelho de Penela (cf. «Conimbriga», 25, 1986, pp. 67-68), incluirá, por exemplo, o tradicional fabrico do queijo do Rabaçal e não ficará desgarrado de Conimbriga. Vide: Miguel PESSOA e Lino RODRIGO, *A exposição «Em defesa da memória de todos» e os fundamentos para a criação de um ecomuseu em Condeixa*, Figueira da Foz, 1985; e a ampla reportagem inserta nas páginas centrais do n.º 97 (2/8-8-1989) do «Jornal de Coimbra».

mulação da designada *Living History*, «História ao Vivo»<sup>6</sup>, postulou, por outro, maior atenção a todos os factores intervenientes na actividade arqueológica desde a escavação propriamente dita à apresentação do sítio para fruição dos visitantes.

### 2.3. A FISIONOMIA DAS CIDADES ANTIGAS

Pude visitar em Bordéus, nos princípios de Julho de 1990, as escavações então em curso numa das praças do centro histórico da cidade. A abertura dos caboucos para a construção dum parque de estacionamento subterrâneo estavam a ser devidamente acompanhadas pelos arqueólogos locais e, antes de se lançarem as estruturas arquitectónicas do imóvel, uma ampla equipa pôs mãos à obra, a fim de identificar os vários níveis de ocupação do sítio, no decorrer dos séculos, desde os edifícios e canalizações em madeira da antiga *Burdigala* romana... Sobre a zona arqueológica, improvisada ponte proporcionava aos (deveras curiosos) transeuntes a possibilidade de observarem detidamente os trabalhos, de que um singelo painel dava sumária notícia. Numa casa anexa, passava-se um «vídeo» para os desejosos de informações mais pormenorizadas; e havia já uma cuidada exposição dos principais objectos exumados, enquanto que, noutra dependência, se trabalhava na lavagem, identificação e inventariação do material.

Em Tarragona, cidade da província espanhola da Catalunha, idêntico afã em relação ao anfiteatro romano — que, despido de cons-

---

<sup>6</sup> Sobre as múltiplas aplicações desta 'fórmula' e, também, sobre algumas experiências nesse âmbito já realizadas em Portugal, ver *A Escola Vai ao Museu*, Actas do Colóquio APOM 87, Lisboa 1987. É nesse espírito que, por exemplo, se tem efectuado, no Palácio Nacional de Queluz, durante o Verão, o programa «Noites de Queluz», evocação dum sarau musical na corte de D. Maria I (cf. a breve nota de reportagem «Noites de Queluz», um acontecimento, que publiquei no «Jornal da Costa do Sol» de 1-9-1988, p. 7), ou o espectáculo de luz e som no Palácio Nacional de Sintra, também nos fins-de-semana estivais, a recordar as figuras da dinastia de Avis que ali viveram (cfr., de Matilde Sousa Franco, *O Palácio Nacional de Sintra — residência querida de D. João I e D. Filipa de Lencastre*, Sintra, 1987, e a nota de reportagem, de Silva Ferreira, «Som e luz» no paço real, «Jornal da Costa do Sol», 27-8-1987, p. 7).

Temos, de facto, cada vez mais, a consciência de que os acontecimentos históricos se revestiram (e revestem...) amiúde das roupagens do espectáculo. Recordo, a propósito, o recente livro de Rui Bebião, *D. João V — poder e espectáculo*, Livraria Estante Editora, Aveiro, 1987.



truções ulteriores, hoje se enquadra em bonito espaço verde — e, sobretudo, em relação ao majestoso circo jazente sob a mole das edificações urbanas actuais. Não só se preconiza que, nessas edificações, se deixem à mostra as abóbadas e as paredes que, dum lado e doutro, sustentavam as bancadas, como está em curso uma permanente campanha de cuida-



A publicação de desdobráveis — com vista à sensibilização de residentes e forasteiros para os valores do nosso património — mostra bem o empenho das entidades oficiais.

Fotografia e montagem de Guilherme Cardoso.

dosa desobstrução de todas as zonas que foram entulhadas e que ora vão definir-se como áreas de exposição museológica <sup>7</sup>.

Uma outra experiência curiosa poderá também ser aduzida, a de Bolonha. Quando a edilidade se dispôs a remodelar o aqueduto de

<sup>7</sup> Sobre esta iniciativa, ver o folheto *El Anfiteatro*, que constitui o n.º 2 dos «Quaderns de Difusió» do TED'A — Taller Escola d'Arqueologia, Tarragona, 21989; e a comunicação de Xavier DUPRE i RAVENTOS, *Le cirque et l'amphithéâtre de Tarragone: un grand projet urbain*, publicada no volume das actas do referido Colóquio de Nice (pp. 88-90).

abastecimento de água à cidade, os técnicos optaram por seguir um percurso mais ou menos coincidente com o do aqueduto romano. E, em vez de cegamente proporem a destruição pura e simples dos vestígios existentes, preferiram associar à equipa arqueólogos conhecedores do terreno. Resultado: valorizou-se o empreendimento não só do ponto de vista cultural como também do ponto de vista técnico, porque algumas das soluções adoptadas pelos Romanos serviram os objectivos actuais<sup>8</sup>.

Entre nós, a chamada Arqueologia Urbana já se encontra, apesar dos múltiplos obstáculos (mormente de ordem económica), numa fase de pleno desenvolvimento. Braga, com o plano de salvamento do que restava da romana *Bracara Augusta*, foi um dos primeiros passos nesse sentido<sup>9</sup>. Outras cidades se lhe seguiram<sup>10</sup>.

Paisagem urbana, portanto, onde a valorização dos vestígios arqueológicos começa a ditar leis de planeamento. Mas também na paisagem rural as marcas da Arqueologia se fazem sentir.

Como atrás se disse, a tendência da Arqueologia actual é aliar intrinsecamente à escavação e ao estudo dos materiais a valorização e,

---

<sup>8</sup> Acerca deste empreendimento, cf. o interessante volume *Acquedotto 2000 — Bologna, l'acqua del duemila ha duemila anni*, Grafis Edizioni, 1985, eloquente catálogo, de 286 pp. profusamente ilustradas, da exposição que, após os trabalhos, foi devidamente levada a efeito na cidade, com três secções: «O aqueduto antigo», «O primeiro aqueduto municipal» e «Aqueduto de hoje e de amanhã».

Valerá a pena transcrever um passo da introdução do volume assinada por Aldo d'Alfonso (representante do Istituto per i beni artistici culturali e naturali della Regione Emilia-Romagna, que patrocinou a intervenção):

«*Acquedotto 2000* é, por isso, a história de um aqueduto (como reza o título) mas constitui, ao mesmo tempo, a história de um território, de uma cidade, uma história do trabalho, do modo como, através de dois mil anos, uma sociedade se organizou, de como o engenho humano soube responder às exigências de crescimento duma população e de desenvolvimento civil».

<sup>9</sup> *Bracara Augusta — Roteiro Arqueológico*, editado pela Comissão de Turismo da Região Verde Minho, Braga, 1990, é uma das mais recentes publicações sobre Bracara Augusta, que remete para outros trabalhos acerca das intervenções feitas no centro histórico da urbe. Ver também: Manuela DELGADO, Manuela MARTINS e Francisco Sande LEMOS, *Dossier — Salvamento de Bracara Augusta (1976-1989)*, «Forum» (Conselho Cultural da Universidade do Minho, Braga), 6, Outubro 1989, pp. 3-39.

<sup>10</sup> Realizou-se, em Setúbal, de 24 a 26 de Maio de 1985, o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, para justamente se fazer o ponto da situação nesse domínio. As respectivas actas foram dadas à estampa no n.º 3 dos «Trabalhos de Arqueologia» (Lisboa, 1986), da responsabilidade do Departamento de Arqueologia do IPPC.

se possível, a rigorosa reconstituição das ruínas para que à sua importância cultural — como eloquente vestígio do passado — se acrescente agradável usufruto por parte do visitante, por mais afastados que estejam da Arqueologia e da História os seus impulsos quotidianos.

Daí que, de há sensivelmente um lustro a esta parte, as primordiais preocupações dos responsáveis se dirijam para o enquadramento paisagístico das ruínas. Por isso falamos da Arqueologia como elemento a ter, hoje, em conta na modificação da paisagem. Tróia; Conimbriga; *villa* Cardílio; a Tomar dos Romanos e dos Templários; a Idanha-a-Velha romana e medieval; Lisboa e o seu teatro romano e o seu passado mais recente; o Freixo; o templo romano de Évora; a *villa* romana do Rabaçal; a *villa* de S. Cucufate; a citânia de Santa Luzia; as grutas de Palmela e do Escoural... e tantos outros sítios (no Tejo, os moinhos de maré, porque não?) são, na actualidade, objecto de bem concebidos programas de valorização<sup>11</sup>.

A musealização dos sítios arqueológicos — a par da vontade de revivificar espaços outrora habitados ora em vias de abandono<sup>12</sup> — constitui, sem dúvida, uma das tónicas dominantes da política patrimonial dos anos 90.

Musealização que, para ser eficaz, é interdisciplinar, como vimos<sup>13</sup>, e tem de vir acompanhada por adequadas acções de sensibilização das gentes. Daí o amplo conjunto de folhetos e desdobráveis que, por iniciativa dos serviços regionais do IPPC ligados à Arqueologia e/ou das câmaras municipais, foi editado desde (sobretudo) 1988, geralmente bem elaborados, com excelente apresentação gráfica e linguagem acessível<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Ver, no apêndice IV, elementos concretos acerca dos projectos em curso para valorização de cada um dos sítios aqui referidos.

<sup>12</sup> Poderá citar-se como exemplo a aldeia de Piódão (concelho de Arganil), classificada no seu conjunto como imóvel de interesse público, em cujo renascimento se aposta: cf. *Casas de xisto renascem em Piódão*, «Património Cultural» (Boletim do Instituto Português do Património Cultural), 7, Julho/Agosto 1988.

<sup>13</sup> Privilegia-se a vedação e arborização com espécies nativas; acentua-se a ligação com as tradições locais da comunidade; recorre-se habitualmente ao saber do arquitecto paisagista ...

<sup>14</sup> Na impossibilidade material de os citar a todos, apresento uma montagem fotográfica com alguns dos prospectos editados. Permita-se-me que destaque, pelo seu alcance pedagógico, o que leva o título *As áreas florestais e o património arqueológico*, fruto da colaboração entre o IPPC (através do então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte e do Museu D. Diogo de Sousa) e a Direcção-Geral



Hoje, o passeante raramente percorrerá uma dezena de quilómetros, por onde quer que palmilhe este Portugal, sem que lhe surja por diante amarela placa toponímica com o sinal internacional de «ruínas». Na verdade, aqui como em todos os países da velha Europa, a Arqueologia modificou, de facto, a paisagem. Enriqueceu-a. Embelezou-a. Potenciou o convite a abrandarmos a velocidade da marcha, para exercitarmos a nossa capacidade de admiração e retemperarmos forças na serena contemplação das nossas raízes.

Cascais, Janeiro de 1991.

---

das Florestas. O texto, largamente acompanhado de fotografias a cores e de desenhos elucidativos, sintetiza assim a filosofia subjacente:

«O conhecimento das raízes histórico-culturais dos povos é adquirido através do estudo da sua herança cultural — documentos escritos, usos e costumes, tradições — e sobretudo dos numerosos vestígios materiais deixados, tais como: mamoas, antas, gravuras rupestres, castros, necrópoles, igrejas, castelos, pontes e caminhos.

Cada monumento ou sítio arqueológico é, por si mesmo, um testemunho único e um indício valioso para o conhecimento desses povos.

A florestação pode causar danos irreparáveis nos vestígios arqueológicos existentes, pois a sua destruição, mesmo parcial, além de prejudicar o melhor conhecimento das raízes histórico-culturais das comunidades que ao longo dos séculos ocuparam as montanhas, é uma assinalável perda, tanto para a ciência como para o Património dum Povo e duma Nação.»

## APÊNDICE I

MEMORANDO SOBRE A PROTECÇÃO  
DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM PORTUGAL  
APRESENTADO AO COLÓQUIO DE NICEA. *Resumo dos textos jurídicos*

A protecção e a salvaguarda dos vestígios arqueológicos estão fundamentalmente garantidas pela Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei n.º 13/85, de 6 de Julho), onde se consagram os princípios definidos pela Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico ratificada pelo governo português mediante o Decreto n.º 39/82, de 2 de Abril.

A referida lei-quadro prevê não apenas a salvaguarda dos vestígios arqueológicos encontrados por acaso (art. 39.º, 1 e 2) mas também a possibilidade de criar «reservas arqueológicas de protecção» nos sítios com interesse arqueológico para aí se levarem a cabo trabalhos de emergência (art. 40.º — 1, 2 e 3).

No que concerne ao caso específico dos grandes empreendimentos (públicos ou privados), a lei prevê a possibilidade de os fazer acompanhar por especialistas em Arqueologia e a obrigatoriedade de cabimentar os meios orçamentais necessários à execução dos trabalhos de prospecção e de salvaguarda dos vestígios arqueológicos na sequência de projectos específicos aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura (art. 41.º, 1 e 2).

A presente lei prevê igualmente a publicação de legislação preventiva para o caso específico do subsolo dos meios urbanos antigos (art. 40.º, 2). Para além da aplicação de legislação específica, há circunstâncias (mormente no caso dos meios urbanos) em que se recorre a uma legislação de âmbito geral, nomeadamente ao Decreto-Lei n.º 560/71 que estipula as regras a cumprir na elaboração dos planos de urbanização. Nesse caso concreto, impuseram-se algumas limitações com vista à salvaguarda do subsolo arqueológico (o plano de urbanização da cidade de Beja é disso exemplo). Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 794/76, de 24 de Novembro, tem sido aplicado em circunstâncias bem precisas, a fim de serem tomadas medidas preventivas temporárias com a finalidade de evitar a modificação dos circunstancialismos e das condições existentes (Política dos solos urbanos).

B. *Análise crítica dos textos jurídicos*

A aplicação da legislação vigente poderia, no quadro actual da situação portuguesa, trazer soluções eficazes. Põem-se, no entanto, alguns problemas:

- a falta de legislação específica em matéria de Arqueologia nos meios urbanos, sendo, de resto, assaz recente a noção de «arqueologia urbana» em Portugal;
- a possibilidade de criar «reservas arqueológicas» encontra-se, à partida, bastante comprometida dado que a própria lei prevê o pagamento de indemnizações por parte da entidade que promove a sua criação, ou seja, a Secretaria de Estado da

Cultura, cujo orçamento no que à Arqueologia diz respeito é insuficiente para os programas normais de pesquisa, salvaguarda, conservação, etc.;

— no que respeita aos «grandes empreendimentos», a lei é pouco explícita quanto à entidade que deve cabimentar os meios orçamentais necessários para a prospecção e para a salvaguarda. Apesar disso, foi possível, no âmbito de empreendimentos públicos recentes, nomeadamente construção de barragens, fazer incluir no respectivo orçamento verbas destinadas ao levantamento e à salvaguarda do património arqueológico;

— finalmente, aos problemas de ordem legal acresce, no caso português, uma grande falta de sensibilidade por parte dos peritos do planeamento e por parte dos responsáveis pela administração central e local à problemática do equacionamento do património arqueológico no quadro dos projectos de intervenção territorial.

### C. Breve balanço das operações de salvaguarda e valorização do património arqueológico

São ainda raras as operações de prospecção levadas a cabo no âmbito de grandes projectos. A criação dos Serviços Regionais de Arqueologia (1980 — do Norte, Centro e Sul) possibilitou a concretização de uma acção mais eficaz na salvaguarda do património arqueológico, embora se possa afirmar que a maioria das intervenções é de natureza pontual sem qualquer inserção em grandes projectos.

Houve, no entanto, acções de prospecção e de salvaguarda que foram concretizadas no âmbito

— da *construção de barragens*: nos últimos anos, realizaram-se (ou estão ainda em curso ou em fase de estudo) levantamentos arqueológicos em treze barragens;

— da *abertura de estradas*: foi neste quadro que as acções efectuadas tiveram fundamentalmente um carácter mais restrito e pontual de salvaguarda;

— de *intervenções urbanas*: completaram-se, nestes últimos anos, acções de salvaguarda do património arqueológico em cerca de quinze localidades urbanas, de norte a sul do país. Trata-se, todavia, de acções pontuais, escassamente apoiadas por outras entidades (poder local, organismos privados, etc.), revestindo-se amiúde das características de uma intervenção forçada pelos próprios arqueólogos.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

## APÊNDICE II

### RESULTADOS DO INQUÉRITO EFECTUADO EM MILÃO AQUANDO DA CONSTRUÇÃO DO METROPOLITANO

1. Como teve informação das escavações na praça da catedral?
 

— pelos jornais e pela televisão	66%
— ao passar pela praça	22%
— doutra forma	12%
2. Já visitara outros campos arqueológicos?
 

sim	71%	não	29%
-----	-----	-----	-----



3. As explicações dos painéis afiguram-se-lhe suficientemente claras e compreensíveis? sim 92% não 8%
4. Interessa-lhe a história da arqueologia de Milão? sim 97% não 3%
5. Estas escavações realizaram-se aquando da construção da linha 3 do metropolitano milanês. Gostaria de ver, nas estações do metro, painéis ilustrativos da história e da arqueologia de Milão? sim 96% não 4%
6. Gostaria de visitar outras escavações arqueológicas na Lombardia? sim 96% não 4%
7. Estado civil
- a. idade 0-25 anos 36%
- 25-65 anos 58%
- mais de 65 anos 6%
- b. sexo feminino 33%
- masculino 67%
- c. profissão
- estudantes 29%
- professores 7%
- empregados 27%
- operários 10%
- domésticas 6%
- reformados 11%
- profissões liberais 9%
- outras 5%

*In* «Un avenir pour notre passé», n.º 33, 1988, p. 9.

### APÊNDICE III

#### UM NOVO TIPO DE MUSEU, O ECOMUSEU

por GEORGES HENRI RIVIÈRE \*

Um ecomuseu é algo que um poder e uma população concebem, engendram e exploram em comum. O poder — com os especialistas, as facilidades e os recursos de que dispõe. A população — mediante a participação das suas forças vivas de todas as gerações, consoante as suas aspirações, sabedoria e capacidade de adesão.

É um espelho — onde essa população se mire, para se reconhecer; onde busque uma explicação para o território a que pertence juntamente com a das gentes que a precederam, na descontinuidade ou continuidade das gerações. Um espelho que apresente aos seus visitantes, para melhor ser compreendida, no respeito pelo seu trabalho, pelos seus comportamentos, pela sua intimidade.

Um museu do homem e da natureza. O homem é aí interpretado no seu meio natural. A natureza é-o na sua selvajaria e também como a sociedade tradicional e a sociedade industrial a adaptaram para seu uso.

Um museu do tempo, quando a explicação remonta para cá do tempo em que o homem surgiu, se prolonga através dos tempos pré-históricos e históricos

que viveu, e desemboca no tempo que vive. Com um olhar sobre os tempos de amanhã — sem que, por isso, o ecomuseu se assumia como decisor mas desempenhando, na ocorrência, um papel de informação e de análise crítica.

Um museu do espaço. Espaços privilegiados para neles nos quedarmos ou neles rasgarmos caminho.

Um conservatório, na medida em que ajuda a preservar e a valorizar o património cultural e natural da população a que respeita.

Um laboratório, na medida em que constitui tema para estudos interdisciplinares, teóricos e práticos, acerca dessa população e do seu meio.

Uma escola, na medida em que colabora na formação de especialistas interessados nessa população e no seu meio, e incita os habitantes a melhor apreenderem os problemas do seu próprio futuro.

Conservatório, laboratório, escola que bebem a sua inspiração em princípios comuns. A cultura a que se prendem há-de ser entendida no seu sentido mais amplo e dada a conhecer na sua dignidade e expressão artística, qualquer que seja a camada da população donde essas manifestações promanam. Uma diversidade sem limites, já que os dados diferem de amostra para amostra. Não se fecham em si mesmos; recebem e dão.

\* Excerpto da lição sobre museologia contemporânea proferida, em Janeiro de 1978, na Universidade de Paris I e IV (UER Art et Archéologie).

## APÊNDICE IV

### VALORIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM PORTUGAL

#### TRÓIA

Tróia, situada na península do mesmo nome, no estuário do rio Sado frente a Setúbal, foi, ao tempo dos Romanos, importante centro de preparação de *garum*. «Património Cultural» (Boletim do Instituto Português do Património Cultural) noticiava, no seu n.º 8 (Setembro 1988), o arranque do «programa de revitalização» das suas ruínas. No n.º 15 (Abril 1989) da mesma revista, pode ler-se:

«A definição de percursos para o visitante, através de caminhos de lajetas, a colocação de redes para vedação das ruínas, a implantação de uma bilheteira e a fixação de taludes, foram intervenções ali realizadas até ao momento.

Está previsto, por outro lado, o arranjo paisagístico do local, tendo em conta o enquadramento arquitectónico das ruínas, definição dos acessos e estacionamento e criação de um espaço museológico no «Palácio», provido de um auditório e de um centro de estudos.

Todo este projecto terá em conta a integração de forma orgânica de estruturas actuais, não impedindo a prossecução do levantamento arqueológico e a defesa da paisagem envolvente».

Mas já o «Diário de Notícias» de 20-07-1982 incluía, na pág. 5, sob o título *Salvar as ruínas de Tróia sem paralisar o progresso*, um artigo onde se preconiza a «integração da zona arqueológica num desejável aproveitamento turístico» em que,

a par da criação de um museu, consolidação das ruínas e estudo dos circuitos de visita, se prevê «a protecção e valorização do parque ornitológico a sueste da lagoa e a criação de um oceanário».

Sobre este tema, poderá ainda ler-se a breve nota *Tróia romana — que futuro? (Uma opinião)*, que publiquei no n.º 2 (1984, p. 17) da revista «Património», de Setúbal.

#### CONIMBRIGA

Depois da total remodelação do Museu Monográfico, reaberto ao público a 22 de Abril de 1985, Conimbriga viu recentemente o forum revestido de lajetas, para dar uma ideia da sua primitiva aparência e vai ter coberta, com ousada estrutura, a Casa dos Repuxos. O projecto arquitectónico obteve parecer favorável da 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 11-01-1988 (proc.º 1.5/379(86).

«O objectivo é a interligação das ruínas com a aldeia de Condeixa-a-Velha, ainda com bastantes vestígios da presença romana, e alguns projectos mais arrojados que passam por uma apresentação inovadora da zona do forum, pela realização de festivais culturais na zona das termas ou pela entrada em funcionamento da piscina de água fria. São projectos que, embora respeitando o valor museológico do local, fazem uso das mais modernas técnicas de apresentação. Algumas dessas obras terão o seu início ainda este ano e contam com o apoio da Comissão de Coordenação da Região Centro, do Gabinete de Apoio Técnico de Coimbra e das autarquias da zona» — lia-se em «Património Cultural» (Boletim do Instituto Português do Património Cultural), 2, Fevereiro 1988.

#### «VILLA» CARDÍLIO

O programa de protecção e valorização das ruínas romanas de Cardílio, *villa* situada no concelho de Torres Novas, prevê percurso de visita, construções para acolhimento e informação do visitante (parque de estacionamento, sanitários, balcão de vendas, sala polivalente para apresentação museológica do sítio). A sua inauguração está prevista para 1991, no âmbito das comemorações do 8.º centenário da concessão de foral à vila por el-rei D. Sancho I. O projecto teve parecer favorável da 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 06-11-1989 (proc.º 1/302(89).

#### TOMAR

Na cidade de Tomar, duas épocas merecem particular atenção: a romana, de *Sellium*, e a medieval, dos Templários. E para ambas há projectos em curso:

— Pretende-se cobrir o forum romano recentemente identificado. O respectivo projecto foi apreciado, pela primeira vez, pela 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 21-11-1988 (proc.º 88/1(79).

— Projecta-se recuperar museograficamente o castelo templário: o memorando e estudo prévio dessa recuperação foi apreciado pela 1.ª secção do Conselho



Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 14-03-1988 (proc.º 1/65(86). Cfr. *Restauro do Convento de Cristo — Zona conventual vai ser visitável*, «Património Cultural» (Boletim do Instituto Português do Património Cultural), 6, Junho 1988.

#### IDANHA-A-VELHA

Por despacho de 20-10-1978, da Secretaria de Estado da Cultura, foi criado um grupo de trabalho para estudo da forma como se deveriam preservar e reanimar as ruínas e a aldeia de Idanha-a-Velha, a romana *Igaeditania*. Cfr., a propósito, o texto *Que futuro para o património arqueológico da «Egitânia»?* inserto no jornal local «Raiano», n.º 92, Nov. 1981, que é a transcrição dum parecer aprovado pela 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 13-07-1981 (proc.º 7.2.4/17-5(1).

O projecto sofreu, porém, vicissitudes várias que o condenaram ao malogro parcial. Programa-se actualmente (1991) a sua reactivação em novos moldes e, eventualmente, com recurso a financiamentos comunitários.

#### LISBOA

A possibilidade de aproveitamento do teatro romano de Lisboa é aspiração antiga a que ora se procurou incutir novo alento. O projecto — que visa a «restituição à cidade de um espaço cultural vivo» — foi apreciado pela 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 21-11-1988 (proc.º 1.2/500(88).

Também a construção do Centro Cultural de Belém foi precedida de escavações arqueológicas:

«Com esta intervenção, procura-se a recolha de dados para a história da cidade de Lisboa e, em particular, para eventual integração de vestígios arqueológicos respeitantes à história da zona no Centro Cultural.

Presume-se que existam naquela zona ribeirinha vestígios do Palácio da Praia, construção de que há referências em vários documentos do século XVII.

Outros elementos não menos importantes a explorar são os cais particulares de casas apalaçadas que aí existiram, bem como a antiga muralha da praia do Bom Sucesso.» — in «Património Cultural» (Boletim do Instituto Português do Património Cultural), 10, Novembro 1988.

#### FREIXO

A Área Arqueológica do Freixo (Marco de Canaveses) começou a ter vida em Agosto de 1980, quando na «Capela dos Mouros», nome que a população dava às ruínas então visíveis, se iniciaram os trabalhos arqueológicos. A imponência dos vestígios de então para cá postos a descoberto (amplas termas públicas, zonas habitacionais, uma necrópole de incineração — cf. Lino Augusto TAVARES DIAS, *Estação romana de Freixo — Marco de Canaveses*, «Arqueologia» 9, Junho de 1984, pp. 86-90) justifica que se considere, com muita probabilidade, que aí se localizava

a cidade romana de *Tongobriga* (cf. Jorge de ALARCÃO, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988, p. 85).

O projecto arquitectónico que prevê a integração espacial das ruínas recebeu parecer favorável da 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 05-02-1990, que realçou «o cuidado formal e de integração na topografia local apresentado pelo referido projecto» (proc.º 1.2/248(86)).

#### TEMPLO ROMANO DE ÉVORA

Foram muitas as peripécias por que passou, ao longo dos tempos, o templo romano de Évora. Estou a recordar a gravura inserta n'«O Archivo Popular» (*semanario pintoresco*), n.º 2, 8-4-1837, a ilustrar um artigo sobre o templo, onde se escreve a concluir:

«Desgraçadamente ainda não há muito tempo que este edifício, talvez a melhor relíquia da antiguidade em Portugal, servia de matadouro do gado para os açougues da cidade, e para outros usos igualmente degradantes» (p. 10).

Recentes intervenções arqueológicas (vide: Theodor HAUSCHILD, *Untersuchungen am Römischen Tempel von Évora (Vorbericht 1986/87)*, «Madrider Mitteilungen», 29, 1988, pp. 208-220) vieram corroborar o interesse do projecto de integração urbanística do monumento, que merecera parecer favorável da 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 23-09-1985, expressamente convocada para esse efeito (proc.º JN 10/1(48)).

#### A «VILLA» ROMANA DO RABAÇAL

Já me referi, na nota 5, ao projecto de um ecomuseu para o local. Uma primeira proposta de valorização do sítio arqueológico propriamente dito foi apreciada pela 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 29-05-1989 (proc.º 83/1(196)).

#### A «VILLA» ROMANA DE S. CUCUFATE

Situada na freguesia de Vila de Frades, Vidigueira, esta *villa* impõe-se na paisagem por ter conservado a maior parte das abóbadas do seu piso térreo. O estudo prévio do arranjo urbanístico das ruínas — para o qual foi prevista uma verba de 2000 contos no âmbito do PIDDAC 1987 — teve parecer favorável da 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 04-08-1986 (proc.º 1.5/255(86)).

#### A CITÂNIA DE SANTA LUZIA

Sobranceira à cidade de Viana do Castelo, esta citânia tem um projecto de valorização que colheu parecer favorável da 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 04-12-1989 (proc.º 1/130(86)).

## AS GRUTAS DE PALMELA

Estas grutas artificiais, umas das mais significativas da chamada «cultura do vaso campaniforme», situam-se na Quinta do Anjo, concelho de Palmela. O projecto do seu arranjo obteve parecer favorável da 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, na sua reunião de 04-12-1989 (proc.º 1/499(88).

## A GRUTA DO ESCOURAL

Uma das raras grutas do território nacional que apresenta gravuras rupestres (datáveis inclusive, segundo alguns investigadores, do Paleolítico), a gruta do Escoural (Montemor-o-Novo) já tem igualmente um plano de valorização, cujo estudo prévio mereceu parecer favorável da 1.ª secção do Conselho Consultivo do Instituto português do Património Cultural, na sua reunião de 08-01-1990 (proc.º 1.2/377(88).

## RESUMO

A missão do arqueólogo não se confina hoje à escavação e ao estudo dos materiais exumados. Importa que, através de cuidada musealização e adequada integração urbanística, o sítio se torne vivo, aliciante pretexto para que a população dele desfrute em perene ligação ao passado.

Aproveita-se o ensejo para dar conta dalguns projectos de revitalização de sítios arqueológicos em curso no nosso país.

## RÉSUMÉ

L'affaire de l'archéologue ne se borne pas aujourd'hui à la fouille, à l'étude des matériaux. Il faut aussi que le site — par sa muséalisation soignée et son adéquate intégration dans le paysage — devienne vivant, stimulant prétexte pour que la population locale s'en jouise dans une permanente approche à son passé.

L'auteur mentionne, à propos, quelques projets de réanimation de sites archéologiques en cours au Portugal.